

Política

CONSTITUINTE

Cabral diz que vai tentar "harmonizar as contradições"

O relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, afirmou ontem que uma das suas principais tarefas, ao receber para análise as propostas das subcomissões e comissões que preparam sugestões para a nova Constituição brasileira, "será harmonizar as di-

versas contradições que os anteprojetos fatalmente contêm", reconhecendo que "existe evidentes retrocessos em vários deles, especialmente na matéria relacionada com os critérios para a implantação no País de uma reforma agrária".

Bernardo Cabral, que foi a Belo Horizonte realizar palestra para magistrados mineiros sobre a futura Constituição afirmou também que "é fundamental, nestes tempos delicados que o País atravessa, que seja definida uma função social para a posse da terra, mais coerente com a nossa realidade". Prometeu, também, que vai "trabalhar arduamente" para que seus pontos de vista em relação a esse tema prevaleçam na redação do texto final da Carta Magna.

O PMDB trabalha para dividir o poder entre Sarney e Ulysses

por Andrew Greenlees de Brasília

O presidente José Sarney e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, receberam boas e más notícias durante o final de semana da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Em primeiro lugar, por 43 votos a 19, foi confirmado o mandato de cinco anos para Sarney, período que o próprio presidente avisou ser de sua preferência, em discurso por rádio e TV. Ulysses ficou igualmente satisfeito com este prazo.

Mas ambos assistiram ao escorregão do sistema de governo chamado "neopresidencialista", no qual o primeiro-ministro seria simplesmente auxiliar do presidente. Este, por sua vez, permaneceria como chefe de governo e de Estado. Um acordo envolvendo praticamente todos os partidos representados na comissão alterou o quadro, levando à aprovação do "neoparlamentarismo".

Apesar do contratempo, Sarney e Ulysses parecem já ter encontrado a fórmula para contornar o enfraquecimento do presidente da República: em 15 de março do próximo ano, data da implantação do novo sistema, segundo o anteprojeto aprovado, Sarney nomeará Ulysses como primeiro-ministro, para com ele dividir o poder.

Independente de acertos entre os dois principais nomes da República, a Comissão Temática terminou três dias de conversas, negociações e votação com uma proposta concreta para se implantar novo sistema de governo no País.



Egidio Ferreira Lima

Uma vez aprovado, o "neoparlamentarismo" não poderá ser modificado no prazo de cinco anos.

O relator Egidio Ferreira Lima, deputado do PMDB pernambucano, havia apresentado um texto que pouco encampava dos anteprojetos aprovados nas subcomissões. A reação a este posicionamento já era notada desde a publicação do relatório original de Egidio, mas intensificou-se na sexta-feira. Depois de uma longa reunião madrugada a dentro com membros das subcomissões, Egidio aceitou modificar seu texto, aproximando-o dos anteprojetos do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

O chamado "acordão" deixou de fora duas questões consideradas políticas e para as quais cada constituinte deveria anunciar sua posição: o mandato do presidente José Sarney e a inclusão dos ministros militares nos votos de desconfiar por parte da Câmara dos Deputados.

Pelo acordo, do qual não

participaram o PT e o PDT (presidencialistas) e o PC do B, foi aprovado um sistema de governo em que o presidente da República é eleito diretamente. Ele nomeia um primeiro-ministro, escolhido dentre os congressistas membros do partido ou partidos majoritários.

No prazo de dez dias, o "premier" e seus ministros devem apresentar ao Congresso um plano de governo. A Câmara terá então mais dez dias para apresentar "moção reprobatória", se não o fizer, o gabinete estará confirmado por um mínimo de seis meses.

No caso de a Câmara reprovador dois nomes, os congressistas assumem a responsabilidade pela indicação. A Câmara deverá então escolher, separadamente e por maioria absoluta de seus membros, dois nomes para o cargo, dos quais o presidente escolherá um. Na proposta da subcomissão, a lista era tripla.

Foi mantida ainda a tese da dissolução da Câmara, ideia que se desagrada aos "neopresidencialistas". Passados dez dias sem que os deputados cheguem aos dois nomes, o presidente poderá dissolver a Câmara, depois de consultar o Conselho da República, formado pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelo primeiro-ministro, pelos líderes da maioria e da minoria nas duas Casas do Legislativo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e seis cidadãos brasileiros, indicados pelo presidente e pelo Congresso.

Caberá ao primeiro-ministro a responsabilidade da administração fe-

deral, inclusive elaborando a proposta de orçamento da União, que deverá ser aprovada pelo presidente e depois pelo Congresso. O primeiro-ministro deverá comparecer mensalmente diante dos congressistas para prestar contas de seu governo.

O "status" dos ministros militares mereceu discussão à parte. A comissão dividiu-se entre os que consideram os militares passíveis de destituição, como qualquer outro ministro civil. O próprio relator, no entanto, classificou esta possibilidade como inconstitucional para o contexto brasileiro. O meio-termo acabou prevalecendo: somente haverá moções de desconfiança coletivas, nas quais cairão também os militares. Suprimiram-se assim as moções individuais (a um ministro) e coletiva (a dois ou mais).

JUDICIÁRIO

No capítulo do Poder Judiciário, a comissão confirmou a criação do Superior Tribunal de Justiça para analisar questões da lei federal, enquanto o STF passaria a funcionar como tribunal constitucional. Egidio aceitou ainda — e foi aprovado na comissão — a vitaliciedade dos ministros do Supremo.

No anteprojeto, foi incluída ainda a criação da Justiça Agrária, ideia apresentada no anteprojeto da subcomissão, cujo relator foi o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT. Este braço da Justiça cuidará especificamente das questões ligadas, por exemplo, a contratos de arrendamento e desapropriações.

Mobilização empresarial contra a jornada de 40 horas por semana

por Bell Compelli de Porto Alegre

Manter o "lobby" junto aos constituintes e deixar clara a responsabilidade dos parlamentares, se aprovarem a jornada de quarenta horas, são medidas que estão sendo adotadas pelos empresários para impedir sua inclusão na Constituição, afirmou ontem o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), César Rogério Valente. "É bom que fique claro: ninguém se elege sem ajuda financeira. E os parlamentares que votarem pelas quarenta horas e que costumam buscar recursos nas empresas para se elegerem não encontrarão respaldo no futuro entre os empresários/Vão ser aconselhados a pedir dinheiro aos trabalhadores".

Para Valente, "é um paradoxo" adotar jornada de quarenta horas num país em desenvolvimento "e com as dificuldades econômicas que enfrenta". Ele acha que o País não pode "dar-se ao luxo de querer usufruir estagios avançados pelos países desenvolvidos". As quarenta horas semanais, disse, são uma evolução natural, "mas ao longo do tempo, não querendo etapas".

O empresário entende que este não é assunto para a Constituinte e significa

um retrocesso no desenvolvimento e no crescimento do País "e um ônus para as empresas, no momento em que são absolutamente necessários todos os esforços para superar as dificuldades econômicas".

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Carlos Mandelli, também é contra e diz que "uma jornada menor do que oito horas diárias como exigência constitucional é um crime".

Ele entende que é preciso negociação entre as partes. "Não quero dizer que a jornada de oito horas seja a melhor possível, nem a pior. O que digo é que a jornada sempre irá ajustar-se para o ponto ideal, independentemente da lei".

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado, Jurandir Leite, acredita que é necessária uma grande mobilização nacional para conseguir também na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte a adoção da jornada de quarenta horas. Pensa da mesma maneira Olivio Dutra, constituinte pelo PT e diretor nacional da CUT, que considera fundamental o engajamento de todos os trabalhadores para garantir a inclusão da jornada de quarenta horas na Constituição.

Um impasse na questão da reserva de mercado

por Rita Medeiros de Brasília

Nem a reserva de mercado nem o Conselho de Comunicação conseguiram sequer ser votados durante a fase final dos trabalhos da Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, como também nenhuma das oitocentas emendas propostas ao substitutivo do relator Artur da Távola.

Como o impasse entre o bloco de políticos liderados pelo PFL e um outro pelo PMDB não conseguiu ser resolvido nos três dias consecutivos de discussão, a Comissão de Sistematização da Constituição terá agora uma tarefa extra dentro do prazo de dez dias para compatibilizar os relatórios aprovados nas comissões temáticas: a de elaborar o parecer final da comissão.

Desde a sexta-feira passada, os trabalhos da comissão começaram a ser obstruídos pelos partidos, principalmente depois que foi totalmente rejeitado o parecer do relator. O principal motivo das contrové-

sias foi o artigo 47, que institui o monopólio da União sobre a exploração de serviços de telecomunicações. Considerado pelo grupo de constituintes liderado por Rita Furtado (PFL-RO) como "estigmatizante". A partir daí, todo o processo de votação começou a ser obstruído.

Outros itens nos trabalhos da comissão eram igualmente polêmicos como o artigo 47 do substitutivo de Artur da Távola, mas não chegaram a ser discutidos com a rejeição do anteprojeto; como a reserva de mercado, o Conselho Nacional de Comunicação e verbas da União exclusivamente para escolas públicas. Apesar de não ter sido da comissão um relatório final, impossível com a suspensão da votação, os políticos favoráveis à inclusão desses itens ou contrários a eles deverão negociar diretamente com o relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização. A votação do parecer não será submetida isoladamente a plenário, mas em conjunto com os demais a serem compatibilizados.

Vende-se Opala Comodoro 85 Metálico - ar condicionado, 4 portas, rádio AM/FM, 18050 km, ótimo estado, Cz\$ 150.000,00 - fones 35-8447 e 35-8598 - com o gerente.

BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTO S.A. ADMINISTRADOR DA CONTA SUPERVISIONADA CREFISUL DE RENDA FIXA Nº 7 - CSC-7 C.G.C.M.F. Nº 42.509.380/0001-34 ASSEMBLEIA GERAL DE CONDÔMINOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Ficam convocados os Condôminos deste Fundo Mútuo de Investimento a se reunirem em Assembleia Geral, na sede do Administrador, na Rua Henrique Schaumann nº 270, 15º andar, nesta cidade de São Paulo, às 10:00 horas do dia 26 de junho de 1987, a fim de deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1. Apreciação da Demonstração da Posição Financeira, da Demonstração do Movimento do Patrimônio Líquido, e demais documentos de contabilidade relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1986; e 2. Outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 11 de junho de 1987. BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTO S.A. Administrador

FLEXDISC TECNOLOGIA S.A. (COMPANHIA ABERTA) C.G.C.M.F. Nº 51.159.713/0001-33 FATO RELEVANTE Comunicamos aos Senhores Acionistas, que a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09.06.1987 aprovou o grupamento de ações feito em 01.06.1987, com base na Instrução C.V.M. nº 56/86, na relação de 1000 por 1, de forma que cada lote de 1000 ações passou a corresponder a uma ação após o grupamento. As frações resultantes do arredondamento do capital foram doadas pela Acréscimo Participações S.A. à empresa. As frações resultantes do grupamento serão negociadas em bolsa, a partir de 10.06.87. São Paulo, 09 de junho de 1987. GIOVANNI FERRUCCIO DUILIO FARINA Presidente

POLYMAX INFORMATICA S.A. (COMPANHIA ABERTA) C.G.C.M.F. Nº 90.025.214/0001-05 FATO RELEVANTE Comunicamos aos Senhores Acionistas que a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.06.1987 aprovou o grupamento de ações realizado em 01.06.1987, na forma da Instrução C.V.M. nº 56/86, de forma que cada lote de 1000 ações passou a corresponder a 1 ação após o grupamento. Cada posição fracionária após o grupamento será acrescida de ações antigas até atingir a unidade imediatamente superior. Estas ações serão transferidas pelo acionista Acréscimo Participações S.A.. São Paulo, 10 de junho de 1987. GIOVANNI FERRUCCIO DUILIO FARINA Presidente

BOUILLABaisse Marseillaise SAINT GERMAIN You can prove a real Bouillabaisse Marseillaise, a soup nascida no século XIV em Marselha - França e consagrada pelos reis. Acompanha vinho importado. Preço: Cz\$ 450,00 Serviço não incluso. Rua Padre João Manoel, 190 Tel: 883-1139 Estacionamento exclusivo com manobristas.

Voto distrital: o exemplo alemão

por Andrew Greenlees de Brasília

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) tinha boas razões para estar satisfeito ontem. Relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, Viana assistiu à aprovação quase total de seu anteprojeto, que abrange um amplo arco institucional, desde o sistema eleitoral até o papel das Forças Armadas na vida nacional.

As principais inovações instituídas pelo voto dos parlamentares, durante o final de semana, fazem parte do capítulo das disposições transitórias. Em primeiro lugar, abandonou-se a ideia do "mandato-tampão" de dois anos para os prefeitos a serem escolhidos no próximo ano.

Viana defendeu a tese como forma de conseguir a coincidência de pleitos, das prefeituras à Presidência, em 1990. A comissão, no entanto, decidiu o contrário. Os prefeitos que vencerem as eleições em 1988, inclusive das capitais, terão mandato de quatro anos.

Ainda no capítulo de mandatos, uma curiosidade: no debate sobre o período do governo do presidente José Sarney, os defensores dos quatro anos venceram por 27 votos a 20. Para aprovar esse mandato, no entanto, seriam necessários 32 parlamentares favoráveis. Como não foi atingido número suficiente, prevaleceram os cinco anos do anteprojeto de Prisco Viana um dos líderes da "ala moderada" do PMDB no Congresso.

A comissão manteve o voto distrital misto para as eleições parlamentares, inspirado no sistema alemão ocidental. O eleito escolhe por esse mecanismo um candidato em seu distrito e, em outro voto, indica a legenda partidária de sua preferência. A divisão das cadeiras na Câmara será feita segundo a proporcionalidade desse segundo voto.

A eleição do presidente da República ocorrerá em dois turnos, para que o eleito obtenha maioria absoluta. Assim, na primeira rodada, participarão todos os candidatos inscritos. Caso nenhum chegue à maioria absoluta (metade dos eleitores inscritos mais um), haverá nova eleição, no prazo de 45 dias, mas só concorrerão os dois mais votados.

Governadores e prefeitos terão mandato de quatro anos e serão eleitos também em dois turnos. Não haverá reeleição para presidente da República, governador ou prefeito.

A comissão manteve a idade mínima de 18 anos para o eleitor, além de confirmar a obrigatoriedade do voto, exceto para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os deficientes físicos.

No capítulo da organização partidária, houve mudanças, Prisco Viana havia

Aprovados 7 novos estados

por Andrew Greenlees de Brasília

Contrariando o anteprojeto do relator José Richa, senador pelo PMDB paraense, a comissão de Organização do Estado decidiu-se pela criação de sete novos Estados no Brasil: Tocantins (norte de Goiás), Santa Cruz (sul da Bahia), Triângulo Mineiro, Maranhão do Sul e Tapajós (oeste do Pará), além da elevação dos territórios do Amapá e de Roraima à condição de Estados.

A subcomissão que tratou do tema havia incluído ainda o Estado de Jurúá, no oeste do Amazonas, mas a comissão acabou não encampando a ideia. Em seu primeiro relatório, já na comissão, o senador José Richa, preferiu descartar qualquer modificação territorial instituído uma comissão que teria prazo de um ano para analisar as propostas.

Após as emendas, no entanto, Richa acabou abrindo uma exceção: incluiu em seu projeto substitutivo o novo Estado de Tocantins, na votação final de semana. A comissão ampliou o texto do relator.

O tema, porém, deverá ser bastante polêmico quando passar no plenário da Constituinte, já que, na comissão de Organização do Estado, concentraram-se os deputados e senadores favoráveis aos desmembramentos.

Segundo o projeto aprovado, a população de Tocantins participará de um plebiscito, no prazo de 180 dias a partir da promulgação da Carta Constitucional. Se houver maioria favorável, o presidente da República indicará o governador de Tocantins, responsável pela administração até 1991, quando seu sucessor — eleito diretamente — será empossado.

Richa disse ontem a este jornal que aceitou a criação de Tocantins por ser esta a única proposta que atendeu a todos os requisitos a seu ver indispensáveis. "A Assembleia Legislativa de Goiás concordou e o ônus financeiro ficará com o próprio Estado a ser criado", explicou o relator.

O projeto aprovado no final de semana determina que a "União antecipará receita até o valor equivalente a 640 mil obrigações do Tesouro Nacional, para as despesas preliminares, que o Estado de Tocantins ressarcirá em dez anos". A comissão aprovou, ainda, o projeto de Richa no que se refere à autonomia do Distrito Federal, que elegerá diretamente seus governantes, bem como as atribuições dos estados e municípios. As Assembleias Legislativas terão seis meses para adaptar as constituições estaduais às novas regras constitucionais.

previsto que, para obter apresentação na Câmara e no Senado, um partido deveria contar com 3% dos votos do eleitorado nacional no pleito anterior. A comissão, especialmente, por pressão dos pequenos partidos, preferiu subdividir essa questão: somente o poderão concorrer a eleições as legendas que tiverem 0,5% de filiados em relação ao eleitorado abrangido por determinado pleito. Para terem direito à propagação eleitoral gratuita e aos recursos do fundo partidário, as siglas deverão obter, nas eleições anteriores, pelo menos 1% das cadeiras na Câmara dos Deputados.

ESTADO DE DEFESA Permaneceram inalterados os artigos do relatório de Viana que definem o estado de defesa e o de sítio. O primeiro será decretado pelo presidente em locais restritos para manter ou restabelecer "a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções".

O estado de sítio entrará em vigor com aprovação do Congresso Nacional, nos casos de "comocção grave de repercussão nacional ou fatos que comprometem a ineficácia da medida tomada de estado de defesa" ou para fazer frente a conflito armado com outro país.

Durante a vigência dessas situações, o Congresso ficará aberto e a Constituinte não poderá ser modificada. As liberdades individuais são restritas nesse período.

Foi mantido ainda o Conselho de Segurança Nacional, como órgão de assessoria ao presidente. Participam os ministros, de acordo com lei complementar, e outros membros eventuais. Outro tema polêmico — o

papel das Forças Armadas na vida nacional — ficou livre de modificações na votação final de semana. "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem", diz o texto confirmando também o serviço militar obrigatório.

No capítulo das garantias à Constituição, Viana propôs e a comissão aceitou que o Supremo Tribunal Federal examine a constitucionalidade de atos ou leis. Derrotou-se dessa forma a tese da criação de

um tribunal constitucional. A figura do "defensor do povo" foi aprovada pela comissão, bem como a tese da "iniciativa popular" de leis. O defensor será eleito pelo Congresso, dentre os brasileiros natos com mais de 35 anos, para um mandato de dois anos. Ele deverá funcionar como um "fiscal" da população diante das ações do governo federal. A iniciativa popular será concretizada mediante projeto de lei assinado por, no mínimo, 0,3% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco esta-

CNBB abre campanha por emendas populares

O presidente da regional sul da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, lançou ontem, em missa solene na instalação de uma assembleia pastoral reunindo as quinze dioceses do estado, uma conclamação para que todos os gaúchos participem do processo de encaminhamento de emendas populares à Assembleia Nacional Constituinte. O encontro, realizado na cidade de Erechim (RS), serviu para adaptar o trabalho pastoral da igreja gaúcha às resoluções da última assembleia geral da conferência realizada em Itaici, São Paulo, em abril, segundo a Agência Globo.

Dom Ivo, em seu programa de rádio semanal, pediu atenção também para a "conjuntura adversa" do Rio Grande do Sul, que "exige uma revisão profunda dos esquemas de convivência com outras regiões do Brasil e com a própria União".

Anunciou que no dia 6 de julho a CNBB reunirá em Porto Alegre, num ato público, todas as propostas de emendas popula-

res assinadas e encaminhará suas sete propostas à Constituinte. Cerca de quarenta propostas de iniciativas populares já estão circulando por todo o País, na tentativa de coletar 30 mil assinaturas e de incluir na nova Constituição alguns itens considerados da maior importância pelos movimentos populares.

Ontem, às 17 horas, no salão verde do Congresso Nacional foi lançada a campanha nacional de apoio às emendas populares. O movimento popular espera contar com a presença dos vereadores que estavam em Brasília para participar do encontro nacional de vereadores pela Constituinte, segundo a EBN.

As emendas tratam dos mais diversos assuntos: reforma agrária, reforma urbana; ensino público e gratuito; direito dos trabalhadores; participação popular na Constituição; direito da mulher; eleições diretas; democratização dos meios de comunicação e outros.

Estado fica obrigado a erradicar pobreza

por Andrew Greenlees de Brasília

A Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher terminou a votação do final de semana como palco das principais vitórias "progressistas" na Assembleia Nacional Constituinte. Do número restrito de divórcios à proposta de dissolução de todos os blocos político-militares no mundo, os deputados e senadores aprovaram um anteprojeto com 49 artigos e algumas promessas de polêmica na fase que se abre agora, a Comissão de Sistematização.

Um dos pontos de atrito certamente será a questão do aborto, que acabou de fora do anteprojeto da comissão, mas retornará às discussões.

No capítulo dos direitos individuais, o texto incumbido ao Estado de promover planos e programas para erradicar a pobreza absoluta no País. "O excesso de lucro nas atividades econômicas e financeiras será definido por lei e, obrigatoriamente, aplicado no programa nacional de erradicação da pobreza", diz um dos itens.

Mas adiante, a prática de tortura é classificada como crime de lesa-humanidade, além de ser inafiançável. Também não haverá anistia para torturadores.

O anteprojeto condena ainda as discriminações por "nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, comportamento sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, qualquer outra condição social ou individual".

A união estável passa a

ser considerada também como casamento, enquanto se retira qualquer limite ao número de divórcios de uma pessoa. Fica proibida qualquer discriminação entre filhos naturais, legítimos ou não, e adotivos.

As heranças ficam sujeitas a taxa, "atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza", ficam isentas as moradias a serem ocupadas pelo viúvo ou viúva ou demais herdeiros.

Bens de uso pessoal ou familiar não serão desapropriados, salvo por "inarrredável interesse social ou necessidade pública, mediante justa e imediata indenização, em dinheiro, se assim exigir o expropriado". Já os bens de produção são passíveis de desapropriação desde que aplicados em projetos "de desenvolvimento social e econômico".

A instalação de usinas nucleares e indústrias poluentes dependerá da aprovação dos habitantes da área atingida, por meio de plebiscito.

No artigo referente à ordem internacional, a comissão aprovou as propostas de instauração "de uma ordem econômica justa e equitativa", além do desarmamento geral e do intercâmbio das "conquistas tecnológicas sem prejuízo do direito à reserva de mercado".